



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



MOÇÃO Nº MOÇ 138 /2019 /2019  
(Deputado Leandro Grass e outros)

L I D O  
Em, 27/08/19  
  
Secretaria Legislativa

**Manifesta Moção de repúdio à  
desastrosa gestão ambiental do  
Governo Federal que culminou com  
altas taxas de queimadas e  
desmatamento da Floresta Amazônica.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito  
Federal**

Com fulcro no art. 144 do Regimento Interno desta Casa de Leis proponho aos nobres pares moção de repúdio à desastrosa condução da gestão ambiental do Governo Federal, que tem fragilizado diversas agendas fundamentais, como a fiscalização ambiental e controle de desmatamento, e tem feito um verdadeiro desmonte dos Órgãos Ambientais Federais que culminaram com as altas taxas de queimadas e desmatamento da Floresta Amazônica.

**JUSTIFICAÇÃO**

Setor Protocolo Legislativo  
MO Nº 138 / 2019  
Folha Nº 01

Conforme acompanhamos em todos os noticiários nacionais e internacionais, as florestas brasileiras queimam como nunca antes nos últimos cinco anos no Brasil, especialmente na última semana.

O país registrou, entre janeiro e o último dia 19 de agosto, um aumento de 83% das queimadas em relação ao mesmo período de 2018, com 72.843 focos de incêndios até o momento. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que monitora o desmatamento por meio de imagens



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



de satélite e, pasme-se, foi equivocadamente desacreditado pelo presidente Jair Bolsonaro, que chegou a questionar a veracidade dos dados de desmatamento do instituto.

O fogo está progredindo mesmo em áreas de proteção ambiental: 68 incêndios foram registrados em territórios indígenas e áreas de conservação somente na semana passada, a maioria deles na região amazônica. O Estado de Mato Grosso, na região centro-oeste do Brasil, lidera as queimadas com 13.682 focos de incêndio em 2019 - um aumento de 87% em relação ao mesmo período do ano passado -, segundo o INPE. Mesmo entre julho e setembro, quando é proibido promover queimadas naquele Estado, houve um aumento de 205% no número de incêndios.

O desmatamento e as queimadas ganharam repercussão internacional, principalmente depois que a cidade de São Paulo, distante 3.000 quilômetros da Amazônia, viu o seu céu escurecer, na última segunda-feira (19.8.2019), como consequência do mau tempo misturado à fumaça das queimadas vindas do Norte e da região central.

Um teste realizado pelo Jornal Nacional mostrou que a água da chuva daquele dia estava contaminada com fuligem de fogo. Quem resistia aos alertas dos ambientalistas sobre a seriedade do momento para as florestas, se convenceu ao ver com seus próprios olhos a consequência dos incêndios. Fotos da Amazônia desmatada invadiram as redes sociais e a pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro cresceu como nunca antes.

Fiel ao seu estilo, o presidente Bolsonaro inverteu as responsabilidades. Rotulou a onda de queimadas florestais no país de "criminosa" e, sem apresentar evidências, disse que as ONGs que atuam na proteção ambiental podem estar envolvidas em incêndios ilegais. "Pode haver - não estou afirmando - uma ação criminosa dessas ONGs para chamar a atenção precisamente contra mim, contra o governo do Brasil. Esta é a guerra que

Setor Protocolo Legislativo  
MO Nº 138 / 2019  
Folha Nº 02



enfrentamos. Faremos todo o possível e impossível conter o fogo criminoso", disse ele.<sup>1</sup>

As principais instituições do Ministério do Meio Ambiente são o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), responsável pela fiscalização e preservação de áreas naturais, e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão responsável pela formação de áreas de conservação.

Bolsonaro determinou uma série de mudanças que tiram responsabilidades desses órgãos que, como denunciam ambientalistas e uma inédita aliança de oito ex-ministros, desmantelam a política ambiental brasileira. "Sempre houve desmatamento, mas nunca incentivado pelas ações do próprio ministro do Meio Ambiente, que desmantelou a governança ambiental", diz Marina Silva.<sup>2</sup>

Os cortes orçamentários também tiveram seu efeito. A prevenção e o controle de incêndios perderam 38,4% de seu Orçamento com o contingenciamento deste ano. "Os cortes não começaram agora, mas se intensificaram com Bolsonaro. Foram desmontados programas como o PrevFogo, do Ibama. Era um sistema desenhado para combater grandes incêndios em reservas do Instituto Chico Mendes ou incêndios florestais sem controle, além de coordenar as atividades da Polícia Federal junto com o Ministério Público para coibir as queimadas ilegais. Foi reduzido ao mínimo", explica o físico Paulo Artaxo.<sup>3</sup>

A ativista Ivaneide Bandeira ilustra as consequências: "Nas proximidades de Porto Velho vejo bombeiros controlando os incêndios. Mas os órgãos não possuem meios suficientes para deter a invasão do território

<sup>1</sup> Disponível em [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/21/interna\\_politica,778351/bolsonaro-associa-queimadas-na-amazonia-a-bloqueio-de-verbas-para-ongs.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/21/interna_politica,778351/bolsonaro-associa-queimadas-na-amazonia-a-bloqueio-de-verbas-para-ongs.shtml). Acesso em 26.8.2019, às 14h19.

<sup>2</sup> Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/24/politica/1566670144\\_484876.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/24/politica/1566670144_484876.html). Acesso em 26.8.2019, às 14h21.

<sup>3</sup> Ibidem.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



indígena", conta. "Os funcionários têm compromisso com a defesa do Meio Ambiente. Mas eles morrem de medo de fazer as coisas, de serem removidos. O problema vem de cima, eles não têm o respaldo de Brasília", acrescenta.<sup>4</sup>

Parte dos focos ocorre em áreas privadas que se expandem em direção à reserva natural que todas as propriedades têm obrigação de manter. Outra parte ocorre em áreas públicas protegidas e em territórios indígenas protegidos que sempre estiveram ameaçados por invasores, madeireiros e fazendeiros que querem invadir a terra. Há áreas ricas em minerais como o ouro e árvores centenárias em risco de extinção. E, principalmente, um espaço enorme que pode se transformar em pasto para o gado. Em todos esses casos é preciso abrir o terreno. E isso é sempre feito com fogo.

É inaceitável que aceitemos calados todos esses retrocessos e essa desastrosa política ambiental do Governo do presidente Jair Bolsonaro, que não só coloca em risco nossas riquezas naturais, a biodiversidade, a qualidade de nossas águas, como também ameaça comunidades indígenas e tradicionais da Amazônia.

Esse não é um pleito específico de uma parcela de Deputados. Ao contrário, este pleito representa a necessidade de toda a sociedade brasileira em ver o meio ambiente preservado, utilizado de forma sustentável, para que todas as gerações possam utilizá-lo.

É imperioso recordar que o Presidente de ocasião prestou o seguinte compromisso:

Manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Setor Protocolo Legislativo  
MO Nº 138 / 2019  
Folha Nº 04

<sup>4</sup> Ibidem.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



Assim, cabe a ele, mais do que nenhum outro agente, a obsequiosa observância dos ditames da Constituição. E lá está exposto, em seu artigo 225, o dever de defesa do meio-ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Pelo exposto, conclamamos os nobres Deputados e Deputadas a aprovarem a presente manifestação de repúdio desta Casa.

Sala de Sessões, em

  
**Dep. Leandro Grass**

REDE Sustentabilidade

  
**Dep. Arlete Sampaio**

PT

**Dep. Agaciel Maia**

PL

  
**Dep. Chico Vigilante**

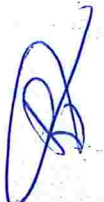
PT

**Dep. Cláudio Abrantes**

PDT

**Dep. Delmasso**

REPUBLICANOS





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



***Dep. Eduardo Pedrosa***

PTC

***Dep. Fábio Felix***

PSOL

***Dep. Hermeto***

MDB

***Dep. Iolando Almeida***

PSC

***Dep. Jaqueline Silva***

PTB

***Dep. João Cardoso***

AVANTE

***Dep. Jorge Vianna***

PODEMOS

***Dep. José Gomes***

PSB

***Dep. Júlia Lucy***

NOVO

***Dep. Daniel Donizet***

PSDB



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



**Dep. Martins Machado**

REPUBLICANOS

  
**Dep. Prof. Reginaldo Veras**

PDT

**Dep. Rafael Prudente**

MDB

**Dep. Reginaldo Sardinha**

AVANTE

**Dep. Robério Negreiros**

PSD

**Dep. Roosevelt Vilela**

PSB

**Dep. Telma Rufino**

PROS

**Dep. Valdelino Barcelos**

PROGRESSISTAS

Setor Protocolo Legislativo  
MD Nº 1381 2019  
Folha Nº 07 A



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL


Unidade responsável: Secretaria Legislativa

**Assunto:** Distribuição da **Moção nº 138/19**.

**Autoria:** Deputado (a) **Leandro Grass (REDE)**

Ao **SPL** para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa, em caráter de **URGÊNCIA** (art. 144, § 2º, RI), para inclusão na Ordem do Dia (art. 144, RI).

Em 28/08/19

  
\_\_\_\_\_  
**MARCELO FREDERICO M. BASTOS**  
Matrícula 13.821  
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo  
MO Nº 138 / 2019  
Folha Nº 08 ~~X~~